

## POR QUE LITERATURA NEGRA E NÃO AFRO-DESCENDENTE?

Luiz Renato de Souza Pinto \*

**Resumo:** A proposta deste artigo é fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o caldeirão de etnias que compõem a cultura brasileira. Selecionamos leituras que costuram um histórico da escravidão, como também do tráfico negreiro, tendo como base Conrad (1985), associadas ao processo de socialização de negros em território brasileiro via Chagas (2014). A valorização da beleza negra nos foi apresentada por intermédio de duas obras significativas para o trabalho, sendo: Braga (2009) e Gomes (2008). A representação do negro na literatura brasileira veio de Conforto (2006) e Vital (2012). As questões relativas ao empoderamento negro, da cultura de resistência escrava e visões estereotipadas na cultura nacional completam essa representação crítica tomando como ponto de partida o livro de Cuti: “Literatura Negro-Brasileira” (2010) que serviu de base para pensarmos este mosaico. Enfim, nos utilizamos de algumas obras não canônicas para demonstrar um caminho de mudança para a representação étnica na literatura brasileira.

**Palavras-Chave:** Literatura; Negritude; Educação.

**Abstract:** This article aims to promote a deeper reflection about the cauldron of ethnic groups that compose Brazilian culture. We selected readings that stitch together a history of slavery, as well as slave trade, based on Conrad (1985), associated with the process of Black People socialization in Brazilian territory by Chagas (2014). The Black beauty valorization was presented to us by two significant works: Braga (2009) and Gomes (2008). The Black people representation in Brazilian literature

---

\* Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Doutor em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

came from Conforto (2006) and Vital (2012). Issues related to black empowerment, culture of slave resistance and stereotyped visions in the national culture completed this critical representation. The starting point was Cuti. Book (2010) that served as a basis for thinking about this mosaic. We used some non-canonical works to demonstrate a path for changing ethnic representation in Brazilian literature.

Keywords: Literature; Negritude; Education

#### QUARTO DE DESPEJO: diário de uma mulher, negra e favelada

Com a democracia jurídica, o esforço para alterar as mentalidades encontrou grande apoio, porém as noções cristalizadas de superioridade racial mantêm-se renitentes, e os argumentos da exclusão racista persistem para impedir a partilha do poder em um país étnica e racialmente plural. E a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação (p.12).

CUTI (Luis Silva). Literatura Negro-Brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Falar de história e literatura negra no Brasil é uma tarefa que consiste em romper as barreiras da discriminação social, étnica e

cultural em nosso país. Analisar a produção literária acerca da representação do negro na literatura brasileira, portanto, é tarefa que se faz pertinente a partir de um conceito que rompa com a limitação estética que o termo “Afrodescendente” sugere. De que África estamos falando, a qual dos cinquenta e quatro países que compõem o continente africano estamos nos reportando? Falamos de uma África católica, tribal, evangélica, ou muçulmana?

A epígrafe acima, de Luis Silva, mais conhecido como Cuti, apresenta-nos esta problemática. E é com ele que abrimos esta discussão para que se possa compreender em que tempo e espaço estamos a colocar tais questionamentos. “Segundo as estatísticas oficiais, em 1817-1818 a população escrava era de 1.930.000, aproximadamente metade da população total de 3.818.000, e milhares de novos escravos entravam no país a cada ano” (CONRAD, 1985, P. 7). O tráfico negreiro, atualizado pelo mito da democracia racial, faz do Brasil um país dos engodos no que diz respeito às políticas públicas de igualdade e diversidade, quer seja étnica, sexual ou mesmo de gênero. Queremos discutir esse cenário em que a emblemática figura de Carolina Maria de Jesus se insere como mulher, negra, favelada e analfabeta que vira escritora.

Entremeamos com nossos grifos e os argumentos de autoridade algumas passagens significativas do clássico de Carolina (*Quarto de Despejo*), a fim de que nos guiem pelo processo analítico que ressignifica a condição da mulher negra na atualidade. Mantém-se a grafia original sem qualquer correção gramatical, de acordo com a publicação de origem: “15 DE JULHO DE 1955 - Atualmente somos escravos do custo de vida. (...) O ônibus atirou um garoto na calçada e a turba afluiu-se” (JESUS, 1999, p. 9).

Uma das primeiras constatações de Cuti que nos chama a atenção é a de que os meios de comunicação divulgam excessivamente as tragédias e misérias do continente africano, o que por si só nos provoca uma associação imediata da cultura negra com coisas negativas. O que parece sutil para alguns, não o é para

quem sente na pele a discriminação nos mínimos detalhes. Se assim tem sido desde a nascente antropologia brasileira, na Sociologia e na Literatura, de acordo com o pensador, faz-se necessária uma reflexão que ofereça contraponto ao estabelecido no cânone branco da oficialidade brasileira.

No fragmento acima, da obra clássica de Carolina Maria de Jesus, observa-se de chofre a atualização do problema. Em que consiste ser escravo nesse cenário de modernidade líquida? O que há de sólido nessa assertiva? Escravos do curso de vida sendo atirados pelo coletivo em meio à turba. Um misto de desprezo pela igualdade, violência pelo verbo (atirar), uma vez que a personagem não desce do ônibus, é jogada ao chão e a multidão a rodeia. Atirar, verbo que dispara o gatilho da intolerância e que gira a roda da exclusão, isola, desnorteia: “16 DE JULHO - Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanso” (JESUS, op. cit. p. 10. Sic).

A nascente narrativa nacional do século XIX traz a figura do negro como utilitária e desprovida de status. Possuir escravos era sintoma de enriquecimento, no dizer de Conforto (2012, p. 24). Como a literatura registra o que acontece e também o que poderia ter acontecido, encontramos na produção escrita oitocentista um registro mais próximo da subserviência às elites, mesmo que de maneira coercitiva, como registro simbólico eficiente do mecanismo reprodutor de um status quo dominante do branco com relação ao negro e índio, de maneira assustadora.

O trabalhador tem que ir para o serviço independente de disposição, sendo pobre não tem direito ao repouso, o que tem se acentuado com essa política de desmonte sindical, corte de conquistas trabalhistas e demais mecanismos de supressão de direitos, que não tem sido privilégio deste ou de outro governo, mas da sucessão dos mesmos e das relações promíscuas entre capital e trabalho.

Não basta nos atermos ao registro ficcional para compreender essa simbologia, é preciso um mergulho no universo simbólico, nas entrelinhas do discurso sugerido para nos aproximarmos de um quadro do momento. Sequer se percebe uma coerência entre o descanso e a capacidade de otimizar a produção com o trabalhador descansado. Tratado como peça que pode ser substituída a qualquer tempo, o que se percebe é um retrocesso nas relações trabalhistas diante do avanço da máquina mercante, anunciada por Gregório de Matos no distante século XVII:

A importância da leitura da História, tendo como fonte a literatura, é que a ficção, por meio dos seus silêncios, na sua desumanidade, no seu pieguismo, narrou uma história do cotidiano escravo nos seus romances. O discurso ficcional da escravidão e do escravo, presente no texto literário, reflete a visão senhorial da sociedade na qual a obra estava inserida (CONFORTO, 2012, p. 28).

É essa leitura da História que muitas vezes se apresenta deficitária. Até pela concepção que se construiu ao longo do tempo materializando um universo hegemônico de caráter positivista que atravessou boa parte do século XX como visão monolítica de mundo. O processo histórico visto por baixo nos proporciona novas leituras. Tratando de vínculos e complementaridades entre África e Brasil, Serrano e Waldman nos apontam:

Inferências de âmbito antropológico, geográfico, histórico e sociológico que transformam o Brasil e a África em copartícipes nas mais diversas situações e experimentos da vida humana. Tanto a realidade brasileira

quanto a africana são dominadas pela tropicalidade, pela pujança do meio natural, pela multiplicidade cultural e religiosa. Sem qualquer sombra de dúvida, estamos diante de duas realidades nas quais as analogias predominam sobre as diferenças, materializando caminhos comuns passíveis de serem trilhados por africanos e brasileiros (2010, P. 13).

Considerado um dos cem melhores romances em língua portuguesa de todos os tempos, *Boca do Inferno* de Ana Miranda traz à superfície esse cenário do qual o poeta baiano Gregório de Matos emerge com suas vicissitudes. E o conhecimento que obteve com os estudos era suficiente para aterrorizar aqueles que freavam o desenvolvimento intelectual na colônia:

Quando Gregório entrou no seu quarto verificou que haviam mexido nos seus livros. Não se tratava de simples vasculhar a procura de algo, os livros estavam jogados no chão, alguns rasgados: tudo fora feito com muita ferocidade (MIRANDA, 1990, p. 159).

Em que nível relacional, portanto, podemos tratar essas inferências como complementares, interdependentes e/ou distintas para que possamos pensar a produção cultural entrelaçada pelo que nos une e diferencia? Que relações estabelecemos entre o continente africano e a América portuguesa? O que nos une, o que nos distingue?

No tocante à literatura, é com o surgimento de leitores negros no horizonte de expectativa do

escritor, bem como de uma crítica com tal característica, que haverá um entusiasmo para que a vertente negra da literatura brasileira se descongele da omissão ou do receio de dizer a sua subjetividade (CUTI, 2010, p. 28).

O autor insiste no fato de que se denominarmos de afrodescendente a produção literária de negros nascidos aqui, isso os reporta ao continente africano, isolando-os da literatura brasileira: “Afastamento silencioso do âmbito da literatura brasileira para se fazer de sua vertente negra um mero apêndice da literatura africana” (CUTI, 2010, p.36). O que pretendia Carolina ao escrever sua visão de mundo, senão o registro da dura vida na favela do Canindé, em São Paulo, para que pudesse se relacionar com o cotidiano de maneira a cuspir o que lhe fazia mal, provocava náuseas aprisionar aqueles sentimentos todos negativos juntando-se à fome e humilhações diárias como mãe, mulher e ser humano em nível mais recôndito? Mas afinal de contas, escrever um livro resolveria a questão?

Que busca o escritor? O verdadeiro escritor, isto é: o que faz da palavra escrita sua razão de viver. Pois, como tudo, e do mesmo modo que existe, por exemplo o mau sacerdote, também o escritor tem os seus macacos. Os que imitam os gestos do escritor, publicando livros, discutindo sobre Joyce, dando entrevistas, e não são escritores. Estes buscam tão-somente o nome nos jornais, mais tarde as sinecuras, os postos bem pagos, as condecorações, tal ou qual prestígio social e, naturalmente, a Academia. Tais personagens não contam e não importa o que buscam: são segregados pelo mesmo chão

que produz todas as outras espécies de embusteiros (LINS, 1977, p. 43)

O lugar social do pobre traduz-se na invisibilidade; sendo negro, amplia-se o traço diletante da igualdade social; sendo mulher, conduz à sombria submissão intelectual, o que dificulta uma ação afirmativa, mas não a inviabiliza. O texto de Carolina é prova disso. E não está sozinha nessa condição. Conceição Evaristo, Elisa Lucinda e um exército de talentosas poetisas e prosadoras da atualidade tem segurado esse estandarte. Isso para falarmos apenas de mulheres. Mas aqui não queremos nos ater a uma questão de gênero, interessa-nos uma discussão acerca da alteridade do texto literário: “17 DE JULHO - Quando eu passava perto do campo do São Paulo, várias pessoas saíam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me: - vai catar papel, minha tia? Olha o buraco, minha tia” (JESUS, op. cit. p. 12).

A história dos clubes de futebol no Brasil guarda inúmeras curiosidades. É sabido que clubes como o São Paulo, na capital paulista e o Fluminense, no Rio de Janeiro foram palco de muitos contratemplos episódicos de racismo explícito. Clubes “pós de arroz”, como ficaram conhecidos. Nosso maior escritor até hoje, Machado de Assis, é bastante cobrado pela crítica oficial por não ter se pronunciado explicitamente a favor de uma negritude, por ser mulato. Alguns críticos, no entanto, saem em sua defesa, como John Gledson e Roberto Schwarcz, por exemplo, para quem “Machado vivia a realidade de ser um mulato no Brasil finissecular e que por essa razão toda e qualquer intervenção de sua parte seria interpretada antes como panfletária, ofuscando seu valor intrinsecamente literário” (VITAL, 2012, p. 25).

A tentativa de dividir a obra de Machado em duas fases, uma romântica e outra realista, faz parte de uma estratégia do cânone para que coloquemos o conjunto da obra como algo anterior e

posterior ao período republicano, como se a simples mudança de regime pudesse controlar o processo criativo de qualquer artista. Álvaro Marins, em prefácio ao volume *Páginas Esquecidas*, edição de contos não canônicos do bruxo do Cosme Velho vai nessa maré ao afirmar que

É provável que, ao final do livro, o leitor perceba que, embora Machado tenha trabalhado poucos temas em toda a sua obra, trabalhou-os de forma bastante articulada, e sua genialidade está muito mais calcada no aprofundamento dos mesmos do que em supostas e discutíveis rupturas estéticas (MARINS, 2008, p. 12).

A partir da busca de uma homogeneidade é que se dificulta uma discussão identitária. Como se fosse possível falar de qualquer sociedade sem a complexa formação social intrínseca a qualquer comunidade. Como se pudéssemos ignorar todo o período de acumulação capitalista pela elite branca à custa de uma mão de obra escravizada a se impor como regra, hoje repaginada pelas péssimas condições de trabalho e malfadada distribuição de renda que inviabiliza a igualdade nos mocambos em relação à condição de quem vive nos sobrados:

Há raras notícias sobre a presença da mulher nos mocambos, sugerindo equivocadamente sua ausência ou menor importância. Temos de lembrar que aqueles que descreveram os quilombos – especialmente os comandantes de tropas – o faziam para justificar a necessidade de sua destruição. São abundantes as imagens de fujões, bandidos e assassinos, havendo

pouco espaço para narrativas sobre famílias, culturas e poder político (GOMES, 2015, p. 39).

Essa omissão, espécie de silenciamento, vem na esteira do cientificismo do século XIX. A figura do negro, colocada sobre a égide da fraqueza e declínio moral é construída historicamente e perdura ainda apesar do mito da democracia racial. Se Joaquim Maria Machado de Assis não explicita, aos olhos de muitos, seu olhar de mestiço para defender o negro, talvez uma leitura mais acurada possa rever esse ponto de vista. No clássico *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o corte de Machado na cultura positivista se materializa na vida adulterina de Virgília, casada com Lobo Neves e amante de Brás, ao passo que Eugenia, a flor da moita, a que é coxa, que puxa da perna, lembra-nos uma espécie de deficiência que caracterizaria um espécime com algum problema físico que remeteria sua existência à seleção natural, condenando-a como presa fácil da cadeia alimentar:

É fundamental lembrar que o pensamento científico do período estava apoiado na noção de eugenia, cujas consequências dentre outras foram a ideologia de branqueamento da população, ações de cunho higienista junto à população negra e a discriminação racial no mercado de trabalho inviabilizando suas possibilidades de mobilidade social ascendente (MACHADO, 2014, p. 16).

As teorias científico-filosóficas da segunda metade do século XIX adentraram ao século XX e encontram-se de maneira intestina costuradas a inúmeras políticas públicas de acesso a bens materiais e imateriais. O crescimento de religiões, sobretudo as pentecostais no mundo ocidental tem determinado perseguição aos

cultos e tradições tribais de origem africana e toda a sorte de desdobramentos dessas atitudes:

18 DE JULHO - Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas (JESUS, op. cit. p.14).

A dificuldade de formação de núcleos familiares entre negros no Brasil pós-abolição prolongava o que o período colonial consagrou como política dirigente. A pobreza extrema não afetou a condição de mãe que sempre se portou como responsável pela educação dos filhos. Se a favela é lócus de desagregação social, para Carolina foi a edificação com muita dignidade do próprio lar, a guisa de toda a qualquer tentativa de deturpação de valores morais criou seus filhos com muita dignidade, sem precisar de esmolas de igreja, sempre afeita ao trabalho que era:

Com a escravidão negra no Brasil e seu característico sistema socioeconômico e jurídico perverso de exploração do trabalho, esses sujeitos tiveram sua condição de dignidade humana destituída pelo sistema escravista, transformando o novo contexto social incompatível para a formação de famílias

por cerca de três séculos e meio (CHAGAS, 2014, p. 28).

Por entre as cafuas, o Valongo e demais locais de compra e venda de escravos, imortalizados pela literatura e pelo cinema, uma série de outros locais que formataram a cultura negra em solo brasileiro continuam ignorados, suas culturas rechaçadas, sua religiosidade impregnada de perseguições. A intromissão muitas vezes não permitia união entre escravos, e quando assim concordava era com o intuito de tirar proveito com a procriação que multiplicaria seus lucros. Ao levantar informações sobre casamentos de escravos no Serra Acima, de Chapada de Guimarães, em Mato Grosso, Maria Amélia Assis Alves Crivelente nos aponta que:

Os estudos específicos sobre a família, a partir da década de 1950 ainda não contemplavam a existência dos grupos familiares outros que não fossem os da elite e de modelo fechado. Foram os estudos de demografia histórica que criaram a possibilidade de um novo olhar e de novos conceitos. A partir da década de 1950, na França, e da década de 1970, no Brasil, com a técnica de reconstituição de famílias, desenvolvida por Maria Luiza Marcílio (1984) que, adaptando o modelo de Louis Henry e tendo como base os registros paroquiais, abriu espaço para que outros estudos fossem desenvolvidos, novas fontes utilizadas como as listas nominativas, os inventários e testamentos; os quais revelaram dados que alteraram todo um modelo aparentemente estático de família ocidental e colonial no Brasil (CRIVELENTE, 2012, p. 36).

Em *Quarto de Despejo*, entramos em contato com várias passagens em que brigas de casais acontecem em meio ao rebuliço da favela, onde, a exemplo dos cortiços do século anterior, observavam-se figurações que representavam a desagregação da família. A autora bem observa como as crianças crescem acompanhando as brigas de casais da vizinhança: “19 DE JULHO - nas favelas, os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres. As intrigas delas é igual à de Carlos Lacerda que irrita os nervos. E não há nervos que suportem. Mas eu sou forte! Não deixo nada imprecionar-me profundamente. Não me abato” (p. 18. Sic).

Os valores clássicos de formação familiar podem ser observados nos fragmentos acima, na relação da mãe com os filhos, em como eles observavam as relações sociais a partir de sua própria casa. O olhar arguto de Carolina faz de sua narrativa um repositório inigualável das disparidades sociais que adornam as comunidades menos assistidas de nossas populações. E a história do Brasil vai sendo edificada com a contribuição do braço forte no negro escravizado. Carolina é contemporânea de Ademar de Barros Filho, político paulista que comandou o estado com seu braço forte. O fato de Carolina citar Carlos Lacerda mostra como acompanhava com alguma informação a política em nosso país. Em seu início de carreira como jornalista, Lacerda publicou um livro retratando o histórico de um quilombo às margens do rio Paraíba, no estado fluminense. Comentando sobre a contribuição desse braço forte na construção da nação, diz Lacerda que:

Tudo isso que faz são os negros. Os senhores descansam nas varandas, e engordam no calor do meio-dia.

1822. Nas margens dum riacho do Estado de São Paulo um homem dizem que grita:

Independência ou Morte. Paga depois muito dinheiro à Inglaterra e o Brasil pode ficar independente sem desastres pessoais a lamentar. Hoje esse homem tem uma estátua de bronze montada num cavalo de bronze. Chamava-se Pedro, e ficou se chamando Dom Pedro Primeiro (LACERDA, 1998, p. 17-8).

Parte do registro antropológico e sociológico das relações afetivas entre homens e mulheres negras no Brasil se constrói pelo viés da discriminação. Crivelente ainda insiste que: “Na observação de Robert Slenes (1988), os autores Florestan Fernandes e Roger Bastide, ao classificarem as ligações afetivas escravas como desregradas e anômicas (...) estariam, na verdade, lançando um olhar branco para um lar negro” (CRIVELENTE, 2012, p. 39). Ter uma casa é diferente de se ter um lar. Carolina ofertava aos filhos um lar, modéstia morada, mas com o calor humano de uma mãe zelosa que tudo fazia pelos filhos.

A resistência encontra nos mocambos e quilombos seu espaço por excelência. Palmares é apenas o mais famoso dentre todos os quilombos existentes. A Assembleia Provincial do Maranhão, por exemplo, considerava que uma reunião de cinco negros já caracterizava uma formação quilombola. Hoje encontramos em solo maranhense o maior número de comunidades descendentes desses ajuntamentos. Segundo Gomes (2015), para se ter uma ideia, no estado da Bahia existem 919 dessas comunidades, em Minas Gerais, 578; no Pará, 523, ao passo de que no Maranhão são 1569. Zumbi dos Palmares dera muito trabalho para seus algozes:

Durante uma ação dos quilombolas para se apoderarem de armas e munições, Antonio Soares, homem de confiança de Zumbi, é feito prisioneiro. Torturado, se recusa a falar até que

seus algozes lhe propõem trocar a garantia de vida e liberdade pela delação do esconderijo do chefe guerreiro (GENNARI, 2011, P. 54).

As delações premiadas, tão em voga hoje em dia na política nacional, sempre existiram, mas sem esse glamour da Lava Jato, sem os holofotes do mass mídia a popularizar seus protagonistas. Construiu-se uma ideia de que Zumbi fora um grande guerreiro, como se não fosse apenas um deles. A ideia de um povo dominado se fez passar por verdade, ignorando todo um processo de luta e de resistência, com o intuito de preservar um histórico de dominação que não fora tão hegemônico. Em *Ipupiara, o devorador de índios*, Joel Rufino dos Santos nos apresenta uma versão bastante interessante da formação de Palmares. Os números do massacre do quilombo não são maiores do que os de Canudos, mas são de arrepiar. Depois de muitas expedições e tentativa de localizar o refúgio de Zumbi:

Quando Domingos apareceu, de novo, nas matas de Palmares, seu bando era maior. Tinha agora quinhentos frecheiros e um grupo de sessenta seteiros janduís que Domingos prezava pelo fato de só entrarem em combate amarrados de embira, um no outro: venciam ou morriam todos.

Fora o bandeirante também premiado com novo título: “Governador da gente da Conquista dos Bárbaros do Rio Grande” (SANTOS, 1985, p.44).

Oswald de Andrade, nosso grande arauto da poesia modernista já nos dizia que “Minha terra tem Palmeiras”, para se contrapor ao vate do Romantismo, Gonçalves Dias, mestiço, que saudava sua pátria que tinha “palmeiras”, numa clara alusão às palmeiras imperiais trazidas pela corte portuguesa em 1808 para a criação do jardim botânico no Rio de Janeiro. O poeta cuiabano Nicholas Bher, radicado há muitos anos em Brasília, traz uma relação de várias espécies dessa monocotiledônea nativas no Brasil, a saber, Açari, Acuri, Babaçu, Bacaba-de-leque, Bocaiúva, Buriti, Buritirana, Coco-de-raposa, Guavirova, Guaricanga, Guriri, Indaiá, Iriri, Siriva, Tucum, Tucum-mirim e Tucum-roxo (BHER, 2016, p. 122-129).

A riqueza da cultura brasileira é em grande parte tributária da contribuição africana. A língua, patrimônio de qualquer nação, reproduz o jogo de forças linguístico constituído inicialmente pelo falar cotidiano e vai invadindo a cultura enciclopédica para habitar os compêndios e repositórios linguísticos da oficialidade, os populares dicionários. Verbetes como quindim, quitute, batuque, cochilar, xingar, muxingueiro, caçula, fuxicar, mocotó, mungangas, muxoxo, mulambo, mandinga, muxiba, quitanda e senzala são contribuições para enriquecer o português brasileiro codificado desde 1826, segundo Pinto (1978: XV). O colorido de nossa língua envolve galicismos, anglicismos e uma infinidade de palavras de origem árabe, africana, indígena etc. o século XIX marcou profundamente o sofrimento de negros e negras no Brasil. A transição do Império para a República forçou uma série de discussões acerca do tema, questões que se sobressaem em muitas obras literárias que refletem o período. Mas ainda se fazem presentes ao longo do século XX na literatura, no cinema, na música. “13 DE MAIO -... Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: - Viva a mamãe! E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome! (JESUS, op. cit. p. 27).

Essa última assertiva contida em *Quarto de Despejo* dá o tom da desigualdade social que ainda aflige a população negra que se confunde nas estatísticas oficiais com as de baixa renda. O papel da escola é, nesse sentido, reparador, uma vez que a construção do cânone contribuiu para que a mulher fosse vista como inferior, o mulato como doentio, o homem como superior e “o modelo literário se solidificou não como simples espelho da sociedade, mas como instrumento que contribuiu para perpetuar a discriminação e os estereótipos historicamente construídos” (VITAL, 2012, p. 80).

Num ambiente onde é permitido discriminar, as crianças passam a desprezar as diferenças e a aceitar a imposição de padrões que legitimam a falsa superioridade de pequenos grupos. Nessa situação, incorporam e desenvolvem atitudes hostis e de antipatia, ainda antes de aprender o significado de hostilidade (OLIVEIRA, 2005, p. 89).

Pedro Bandeira tem um conto intitulado *Maldita Professora* que é exemplar para se trabalhar em salas de aula. Janaína é uma negra que sofre durante seus anos escolares, tratada duramente por determinada professora que a encontra muitos anos depois, em um leito de hospital. A professora reconhece aquela menina que queria ser médica e a quem sempre dirigiu críticas ferrenhas, interpretadas pela estudante como ruins. Anos depois, quando sua vida está nas mãos da aluna, ela faz uma revelação que faz com que a médica fique sem chão:

- Por que só comigo, dona Vera? Por que a senhora me perseguia tanto? Por que comigo?

- você mesma tem essas respostas, minha filha – balbuciou. – Você chegou lá. Chegou aonde eu sabia que poderia chegar. Você era a melhor, Janaína, a melhor. Mas isso não bastava, porque você é negra, seus pais eram pobres, não tinham poder... Você teria de conseguir ser melhor do que os melhores, para cumprir seu destino. Eu não podia trata-la igual aos outros, aos outros que eram brancos, que não sofreriam preconceitos no futuro... Eu tinha de exigir, de forçar, de ser dura... E eu sabia! Eu sabia! Eu sabia que você conquistaria tudo o que desejasse na vida, se aprendesse a lutar. A lutar contra todos, inclusive contra mim... Ah, eu estava certa! Agora, posso ir em paz... (BANDEIRA, s/d, p. 20).

Esse conto recupera um pouco da discussão acerca da igualdade racial no interior da escola. As lutas emancipatórias atravessaram todo o século XX para, somente na década de 1980, termos uma política voltada para a valorização da cultura negra, do ponto de vista institucional. Em que pese a tentativa do deputado Abdias Nascimento através de projeto de lei implementar tal política compensatória, ela só vai acontecer cinco anos após:

É nesse momento – que se aliava, ainda, ao centenário da abolição da escravatura – que são criadas a Fundação Cultural Palmares, em 1988; a Serra da Barriga (localizada no município de União dos Palmares, no estado de Alagoas), local do antigo Quilombo dos Palmares, é reconhecida pelo Estado brasileiro como patrimônio histórico do país, em 1984; e

a Instituição de Zumbi como Herói Nacional, em 1995 (BRAGA, 2015, p. 210).

A nascente cota para negros no serviço público e nas universidades seguem como desdobramento de políticas afirmativas conquistadas depois de muito esforço de parlamentares, organizações não governamentais e instituições variadas que se colocaram ao lado dos guardiões de uma cultura que se enraíza na formação da cidadania e identidade nacional. Carolina Maria de Jesus traz essa bandeira estampada no próprio corpo, entalhada em seu discurso de esperança e honestidade. Como trabalhadora nunca se deixou levar pelo desespero e cuidou de sua prole com toda a energia que soube resguardar da loucura da cidade grande, do cotidiano desagregador de sua experiência na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, em São Paulo.

Essa visão privilegiada de quem vem de baixo e observa as contradições do capital é que faz de sua metáfora (quarto de despejo) uma representação autêntica do trato dado pelo branco ao seu irmão de cor. Ao (des) respeito pela cultura de quem esteve sempre ao seu lado desde que a mãe África tangeu para os lados de cá enorme contingente de homens e mulheres escravizados para ordenar o crescimento econômico de nosso país. No fragmento a seguir observamos com mais vagar o olhar de Carolina para o seu entorno:

22 DE MAIO

Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela.

(...) A Vera é a única que reclama e pede mais.  
E pede:

- Mamãe, vende eu para a Dona Julita, porque lá tem comida gostosa (JESUS, op. cit. p. 37). (Sic)

Como será para uma mãe ouvir de sua própria filha um pedido desses? Podemos imaginar a irresponsabilidade para com todo e igual cidadão essa ofensa diária que o consumo nos despeja ignorando que parte da sociedade não pode consumir o que se anuncia. Vera é uma menina que não tem brinquedos, que não tem comida suficiente. E pede para que sua mãe a venda para que possa dispor de algumas benesses ofertadas para quem pode comprar. E ela parece saber o valor das coisas. Pede para que a mãe a venda, já que o dinheiro é quem manda e as crianças (pobres) aprendem desde cedo como é que funciona.

#### 16 DE JUNHO

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

- É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. E obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (JESUS, op. cit. p. 58). (Sic)

O corpo do negro é parte de sua identidade, extensão de seu jeito de ser no mundo. E, como tal, “se leu os signos da beleza negra, atentando ao modo como os conceitos de beleza negra irrompem no

período escravocrata (...), tecidos pela história, num enredo que envolve memórias, exclusões e retomadas” (BRAGA, 2015, p. 22). Esses discursos produziram estigmas de verdade atingindo aos incautos como pérolas de uma perpetuação cultural etnocêntrica que de maneira invulgar hierarquizou as culturas nesse mosaico verde-amarelista. Ao negro, a cozinha e o quintal; ao branco a sala de visitas; de onde Carolina extrai sua palavra-chave: despejo. A favela é o *quarto de despejo*, onde a elite branca joga tudo o que não quer mais. Sociologicamente nossa escritora sabe o que faz. Tem o dom da palavra, a expressão correta para desenhar suas subjetividades e inscrever um *modus vivendi* em forma de diário de bordo.

A questão do cabelo desembaraça essa relação. A explosão de salões étnicos em todo o país revitaliza a discussão. Nilma Lino Gomes, em sua tese de doutorado oferecida à Universidade Federal de Minas Gerais, esquadrinha essa temática. Estuda quatro salões da capital mineira e seus trabalhos que aliam estética ao bem estar, à dinamização da identidade negra e a autoestima de seus clientes. Em prefácio de sua publicação, seu orientador dá o tom da importância do trabalho:

Para alguns, mudar o cabelo negro graças às novas técnicas de “relaxamento” e ao uso de novos cosméticos pode significar a fuga do corpo negro e a busca de um novo corpo que se assemelharia com o referencial branco de beleza. A respeito, não há muito tempo que o uso do “pente quente” e dos cremes químicos nocivos para alisar o cabelo deixou de ser prática em alguns países da diáspora negra e no próprio continente negro. Em alguns países africanos, chegou-se até a usar certos cremes para clarear a pele. O que mostra até onde pode ir o processo de alienação do corpo negro

simbolizado pela cor e pela textura do cabelo (GOMES, 2008, p. 16).

Carolina se refere ao seu cabelo como rústico e brinca com o fato dele ser mais educado que o de branco, ou o liso, pois onde se coloca ele para, não fica se mexendo. Percebe-se a autoestima da escritora, mesmo em face de sua condição de miserabilidade no ato da escrita do texto. Não se quer dizer com isso, que o alisamento deve ser condenável, mas que assumir o cabelo enrolado, encaracolado, ou carapinha é atitude de resistência e de afirmação identitária, uma vez que determinado corte de cabelo e penteado “e o sentido a eles atribuído pelo sujeito que os adota podem ser usados para camuflar o pertencimento étnico/racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra” (GOMES, 2008, p. 26-7). Dizer que a cidade não é governada por igual, espaço em que todos têm os mesmos direitos, é lugar comum na boca de Carolina, senão vejamos: “10 DE JULHO - Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo. E os pingüços que durante o dia estão oculto a noite aparecem para atentar” (JESUS, op. cit. p. 81).

Esta última imagem selecionada dá conta da amplitude do olhar de Carolina para seu “locus”. A favela como cidade, como espaço de moradia. Na figura do diabo como condutor dos destinos de sua população observa-se o grau de distanciamento do idílico sonho de igualdade social, racial, étnico e todo o pertencimento que venha a fazer parte desse sonho inatingível para muitos. A importância dos estudos que abranjam essa realidade, da implementação de políticas públicas que visem dar autonomia para o desenvolvimento dessas culturas, da sociabilização equânime que abarca a religiosidade, o respeito aos paradigmas de outros povos, seus usos e costumes é algo que ainda está longe de acontecer. O papel da educação passa a ser de uma grandiosidade previsível, até

mesmo para que se possa compreender que país temos em nossas mãos. O que queremos para nossos filhos, netos, alunos, vizinhos. A literatura pode contribuir para algumas dessas revelações:

O Brasil é visto miticamente como o paraíso, por excelência, da harmonia racial e da diversidade cultural. Todavia, ainda que as manifestações folclóricas estejam tão intimamente presentes no cotidiano popular, devido ao exotismo com que são abordadas, não chegam a suscitar reflexões histórico-sociais na maioria dos espectadores, nem a integrar os currículos da educação nacional brasileira, o que compromete os processos de identificação dos educandos, muitas vezes protagonistas dessas tradições (AMÂNCIO, 2008, p. 36).

A educação deve se pautar pela discussão ampla dos direitos individuais, garantia da liberdade de expressão, sem nenhum tipo de distinção de sexo, raça, gênero, orientação, condição e/ou qualquer traço que busque fazer distinção deste ou aquele em prejuízo de qualquer segmento. Os textos aqui citados, além do *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, além de inúmeros outros, são extremamente qualificados para compor um conjunto seletivo de obras críticas que visem essa garantia de qualidade na busca pelo equilíbrio social. Questões étnicas costumam se esconder por trás de algum ranço, preconceito, ou mesmo escolha sem clareza metodológica. O educador não pode perder de vista que, ao entrar em sua sala de aula, diariamente, tem a oportunidade de fazer a diferença na vida de cada um de seus alunos e alunas. Eu tenho essa pretensão; você não?!

## REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. Lei 10.639/03, cotidiano escolar e literaturas de matrizes africanas: da ação afirmativa ao ritual de passagem. In: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos (Orgs.) *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

BANDEIRA, Pedro. Maldita Professora. In: *Sete Faces da Escola*. São Paulo: Moderna, s/d.

BHER, Nicholas. *Dicionário Sentimental de Diamantino*. Brasília-Diamantino: Pau-Brasília, 2016.

BRAGA, Amanda. *História da Beleza Negra no Brasil: Discursos, corpos e práticas*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

CHAGAS, Relmy Solange. *A União faz a força: expressões do mito familiar em famílias negras*. São Paulo: Intermeios, 2014.

CONFORTO, Marília. *O Escravo de Papel*. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRIVELENTE, Maria Amélia Assis Alves. *Domingos, Angola e Joaquina, Mina*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2012.

CUTI (Luis, Silva). *Literatura Negro-Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

GENNARI, Emilio. *Em Busca da Liberdade: Traços de lutas escravas no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. 8. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

LACERDA, Carlo. *O Quilombo de Manuel Congo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

LINS, Osman. *Do Ideal e da Glória: Problemas Inculturais Brasileiros*. São Paulo: Summus Editorial, 1977.

MARIN, Álvaro. A propósito de algumas páginas esquecidas. In: *Páginas Esquecidas* (org.). Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Rachel de. *Tramas da Cor: Enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Ipupiara, o devorador de índios*. 7. ed. São Paulo: Moderna, 1985.

SERRANO, Carlos. WALDMAN, Maurício. *Memória D'África: A temática Africana em sala de aula*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VITAL, Selma. *Quase brancos, quase pretos: Representação étnico-racial no conto machadiano*. São Paulo: Intermeios, 2012.